Não se reconhece a necessidade da existência de três conselhos administrativos, havendo conveniência em simplificar o serviço administrativo, pelo que:

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São extintos os conselhos administrativos da Escola Naval, Escola Náutica e Escola de Educação Física da Armada.

Art. 2.º É criado o conselho administrativo da Escola Naval e escolas anexas, que funcionará na Escola Naval e fica tendo a competência dos conselhos administrativos extintos pelo artigo anterior.

Art. 3.º O conselho administrativo da Escola Naval e escolas anexas tem a seguinte composição:

Presidente, o segundo comandante da Escola Naval;

1.º vogal, um professor da Escola Naval;

2.º vogal, um professor da Escola Náutica;

3.º vogal, um professor da Escola de Educação Física da Armada;

Secretário-tesoureiro, o secretário da Escola Naval.

§ único. Os professores a que este artigo se refere são indicados pelos respectivos conselhos escolares.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 19 de Setembro de 1932.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Albino Soares Pinto dos Reis Júnior — Manuel Rodrigues Júnior — Daniel Rodrigues de Sousa — Anibal de Mesquita Gutmarães — César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches — Duarte Pacheco — Gustavo Cordeiro Ramos — Sebastião Garcia Ramires.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Secretaria Geral

Decreto n.º 21:681

Convindo a bem da disciplina dos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério da Instrução Pública não permitir a continuação da frequência escolar aos alunos cujo mau aproveitamento tenha sido comprovado;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São excluídos da frequência dos estabelecimentos de ensino a que pertençam, dependentes do Ministério da Instrução Pública, os alunos que durante três anos sucessivos ou cinco alternados não tenham obtido aprovação em nenhuma disciplina ou classe.

Art. 2.º As desistências durante as provas de exame

são consideradas para todos os efeitos como reprovações.

Art. 3.º Mantêm-se em vigor as disposições legais existentes nos vários estabelecimentos de ensino sobre exclusão do frequência desde que não contrariem as estatuídas no presente decreto.

Art. 4.º Este decreto entra imediatamente em vigor, excepto o artigo 2.º, que vigorará a partir do dia 2 de Janeiro de 1933.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 15 de Setembro de 1932.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Olivetra Salazar — Albino Soares Pinto dos Reis Júnior — Manuel Rodrigues Júnior — Daniel Rodrigues de Sousa — Anibal de Mesquita Gutmarães — César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches — Duarte Pacheco — Gustavo Cordeiro Ramos — Sebastião Garcia Ramires.

Direcção Geral do Ensino Superior
e das Belas Artes

Decreto n.º 21:682

Considerando a conveniência de atribuir a uma comissão técnica especial a elaboração definitiva dos princípios, normas e regras a seguir no inventário e catalogação das espécies existentes nos arquivos e bibliotecas do Estado e das corporações administrativas, a fim de que os respectivos serviços se realizem uniformemente e caminhem com brevidade e eficiência, pois disso depende a segurança e valorização das colecções desses estabelecimentos;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Instrução Pública:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º A inspecção e a direcção superior dos serviços de inventário dos arquivos e bibliotecas do Estado e das corporações administrativas cabem à Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, que as exerce por intermédio de uma comissão especial de catalogação.

Art. 2.º É criada na Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos uma comissão de catalogação, presidida pelo inspector geral, que poderá fazer-se substituir na presidência pelo sub-inspector, o constituída por especialistas, até o número de sete, incluindo o presidente, podendo agregar, em casos extraordinários e temporariamente, mais quatro vogais.

§ único. Os seis vogais da comissão permanente são propostos pelo presidente, sendo substituídos quando este o proponha e por quem propuser, e prestarão serviço sem direito a remuneração.

Art. 3.º A comissão de catalogação compete:

1.º Elaborar os princípios, as normas, as regras o instrução a seguir no inventário e na catalogação de impressos, manuscritos, estampas, cartas geográficas, moedas, medalhas e outras espécies que constituem os recheios das bibliotecas e arquivos, a fim de serem sancionados por decreto e cumpridos oficialmente;